

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



22/03/2019

SEXTA-FEIRA

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





ECONOMIA

Governo de Goiás avalia tecnologia de ônibus elétricos sobre trilhos para o Eixo Anhanguera

Secretaria de Indústria, Comércio também trabalha para atrair a fábrica dos veículos

DA REDAÇÃO

O governador Ronaldo Caiado esteve em São Paulo nesta quinta-feira (21/3) para visitar a 25ª Edição da Intermodal South America 2019, onde conheceu o trabalho desenvolvido pela multinacional BYD (Build Your Dreams). De origem chinesa e presente em mais de 50 países, a empresa é especializada em alta tecnologia de energia limpa e tem grande interesse em investir numa fábrica em Goiás e na implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) na linha do Eixo Anhanguera.

"A BYD, especialista em veículos elétricos, de energia limpa, apresentou a nós um projeto para aquele eixo da Avenida Anhanguera, feito com uma nova tecnologia de monotrilho, que eles já estão instalando na cidade de Salvador. Nós queremos dar maior agilidade ao transporte na nossa capital", disse Caiado durante visita ao estande da BYD, acompanhado do secretário de Indústria, Comércio e Serviços, Wilder Moraes, e do presiden-

te da Adial-GO, Otávio Lage Filho.

Caiado disse que a tecnologia da empresa chinesa BYD pode somar mais conhecimento sobre energia limpa ao Estado. "Além de buscar o menor preço, ao mesmo tempo buscamos qualidade e respeito ao meio ambiente", disse.

O secretário Wilder Moraes disse que a BYD é uma das maiores empresas de caminhões elétricos e baterias do mundo. "Nós tivemos esta oportunidade, a convite da empresa, de fazer essa visita hoje aqui, em São Paulo, e em seguida levá-los a Goiás para mostrar nossa potencialidade. Não só implantar o Eixo Anhanguera, mas também ter uma fábrica de alta tecnologia no Estado", disse.

"As condições para investimentos em Goiás chamaram a atenção da empresa, que buscou contato com o governo, por meio da Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços", contou Wilder.

A multinacional BYD já é responsável pela implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no su-

búrbio de Salvador (BA), numa extensão de 19 quilômetros. O sistema, cujo contrato para instalação foi assinado em fevereiro, será movido a eletricidade e não emite agentes poluentes.

De acordo com o diretor de negócios da BYD Auto, Alexandre Liu, o sistema de monotrilhos é mais rápido. "Estamos ansiosos para participar do projeto de Goiânia, com tecnologia mais moderna de reconhecimento facial, sistema superecológico que vai evitar o trânsito e fazer o usuário ter internet de alta velocidade com intervalo de parada mais curto. Vai ser uma ótima solução para cidade, além de economizar vias, vão liberar duas vias, no caso para veículos ou até um parque dependendo do que for melhor para a população", descreve. Atualmente, a empresa está presente em mais



Secretário Wilder Moraes e o governador Ronaldo Caiado

de 50 países dos cinco continentes.

Após o encontro com os representantes da empresa, o governador Ronaldo Caiado e o secretário de Indústria, Comércio e Serviços visitaram outras instalações da feira.

EIXO ANHANGUERA

Na última sexta-feira (15/3), o governador Ronaldo Caiado e o

prefeito de Goiânia, Iris Rezende, discutiram o futuro da Metrobus, responsável pelo Eixo Anhanguera. Durante o encontro, Caiado e Iris avaliaram possibilidade e privatização da empresa. O governador de Goiás destacou que, caso a proposta seja efetivada, o Estado regulará e fiscalizará o serviço para garantir a qualidade do transporte coletivo.



Enel supriu só 24% da demanda

ASSEMBLEIA Dado foi apresentado à CPI que investiga a prestação de serviços da companhia pelo diretor de Relações Institucionais Humberto Eustáquio; empresa prevê obras até 2022 para alcançar os 100%

Douglas Schinatto

Fabiana Pulcinelli
fabiana.pulcinelli@opopular.com.br

Desde que assumiu a distribuição de energia em Goiás, em fevereiro de 2017, a Enel conseguiu suprir apenas 24% da demanda reprimida do mercado goiano. Em dois anos, houve a liberação de 148 megavolt-ampères (MVAs) enquanto os pedidos somam 610 MVAs, em 3 mil projetos em análise. Os dados foram apresentados ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a prestação de serviços da Enel Goiás na Assembleia Legislativa pelo diretor de Relações Institucionais da empresa, Humberto Eustáquio.

O cálculo da Enel para atender toda a demanda prevê obras até 2022. Apenas na Indústria de construção do Estado, foram acumulados 93 empreendimentos imobiliários que ainda aguardam liberação de energia. Humberto disse que já estão sendo providenciados os atendimentos para 28 condomínios.

Apesar do cenário de crise e



Humberto Eustáquio, diretor da Enel, e o presidente da CPI, Henrique Arantes (PTB), durante oitiva ontem

da empresa ter sido avaliada pela quinta vez consecutiva como a pior distribuidora do País em ranking da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o diretor destacou avanços no depoimento à CPI: disse que, dos novos pedidos, a empresa tem atendido três em cada quatro; afirmou que os investimentos já garantirão resultados na redução de horas e na frequência de quedas de energia e ressaltou que a distribuidora em Goiás está entre as quatro com melhor evolução nos indicadores observados pela reguladora.

“A evolução é ótima, mas não foi suficiente ainda para deslocarmos no ranking”, afirmou na oitiva. Humberto disse ainda que já há obras planejadas para “paulatinamente”

liberar ligações de energia para atender a demanda do mercado. “A empresa dá mostras de que está melhorando. É questão de tempo, a Enel vai voltar ao que um dia a Celg já foi”, afirmou.

O diretor afirmou que a tarifa da Enel Goiás está abaixo da média cobrada no País e reafirmou dados sobre aumento de investimentos em 2017 e 2018 - acima de R\$ 700 milhões por ano, enquanto nos anos anteriores chegaram a ter média de R\$ 190 milhões anuais. Disse ainda que, de 148 conjuntos elétricos no Estado, 101 melhoraram e 47 pioraram os índices de qualidade.

Humberto também apresentou a informação de que a Enel concluiu projetos antigos do programa Luz Para Todos, do governo federal, e negocia mais 7 mil

ligações na zona rural até 2020.

Deputados que integram a CPI e outros que participaram da oitiva fizeram críticas à prestação de serviço e afirmaram que os números apresentados pelo diretor não são condizentes com os problemas e com o grande número de reclamação dos consumidores residenciais e empresariais. “Os números são bons, são bonitos, mas na prática agente vê o oposto”, afirmou o presidente da CPI, Henrique Arantes (PTB).

“Essa Enel da apresentação ainda não chegou em Goiás na percepção da população”, afirmou o deputado Alysson Lima (PRB). O relator da CPI, deputado Cairo Sallim (Pros), destacou a demanda reprimida: “As empresas querem ampliar e não conseguem. E Goiás clama por mais ge-

ração de emprego e renda”.

A oitiva na CPI durou 2 horas e 40 minutos. A CPI marcou para a próxima quinta-feira o depoimento do presidente da Enel Goiás, Abel Rochinha. Henrique Arantes afirma, no entanto, que espera receber os dados solicitados pela comissão antes de ouvir Rochinha. A previsão é que a documentação, com detalhes de investimentos, chegue à CPI no início da próxima semana.

CONDOMÍNIOS

O Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon) tem feito reuniões quinzenais com a direção da Enel em busca de soluções para os 93 condomínios que têm hoje demanda por ligação de energia. O coordenador técnico da entidade, Wellington Guimarães, diz que na lista há empreendimentos que aguardam providências da Enel desde 2016 e que devem ser finalizados a partir de junho deste ano, ainda sem previsão de solução. Na relação há também obras do programa Minha Casa Minha Vida com até 200 unidades habitacionais.

“É a maior crise que enfrentamos e a tendência é a demanda crescer, porque o setor vai investir mais com a economia se estabilizando”, afirma o coordenador.

O sindicato ainda não recebeu informações sobre a solução para 28 empreendimentos, informada pelo diretor da Enel durante o depoimento à CPI. “Entendemos que o momento é de criar soluções porque este problema é ruim para todo mundo. Não interessa a ninguém essa crise no setor elétrico.”

“**Uma empresa dá mostras de que está melhorando. É questão de tempo, a Enel vai voltar ao que um dia a Celg já foi**”

Humberto Eustáquio,
diretor de Relações
Institucionais da Enel



Caiado analisa VLT para Eixo

TRANSPORTE COLETIVO Governador se reúne com empresa chinesa que apresentou projeto para operar a linha da Anhanguera. Ideia é privatizar a Metrobus e a concessão da operação

Vandré Abreu
vandre.abreu@opopular.com.br

O governo de Goiás poderá retomar a proposta de construir o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) para substituir a atual configuração do Eixo Anhanguera. Ontem o governador Ronaldo Caiado (DEM) se reuniu com uma empresa chinesa que lhe apresentou um projeto de implantação do sistema no Eixo. A intenção não muda a ideia do Estado em se livrar da concessão da linha nem mesmo de privatizar a Metrobus, empresa detentora do direito de operar no trecho. A proposta é analisar as questões legais que permitiriam um processo licitatório para uma aquisição conjunta da Metrobus e da linha de transporte coletivo.

A empresa que se reuniu com Caiado é a chinesa HYD, fabricante de veículos, que em fevereiro anunciou a implantação de um monotrilho marítimo em Salvador (BA), que deve ter iniciada a construção em até 6 meses e com previsão de finalização em 2021. O monotrilho vai compor o sistema de VLT na capital baiana. Segundo o governo estadual, o projeto apresentado tem a vantagem de utilizar energia limpa e a pretensão da empresa de também poder investir em uma fábrica de automóveis no Estado.

O governo ressalta que não há acordo fechado com a empresa e se trata apenas de verificar as viabilidades para o Eixo Anhanguera depois que se tomou a decisão da privatização da Metrobus. Agora, técnicos do governo se defrontam em decidir qual a melhor maneira de vender a empresa e a concessão da linha. O trabalho está sendo feito entre Estado e Prefeitura de Goiânia, que comanda a Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC),



Ônibus passam pela pista do Eixo Anhanguera. substituição de modal da linha volta à discussão

detentora das concessões de linhas de transporte de toda região metropolitana. Apesar de poder operar na linha até 2031, a Metrobus não poderia vender este direito, já que o mesmo foi adquirido sem uma licitação.

Em 2011, a linha do Eixo foi dada para a Metrobus sob a alegação de que se trata de uma empresa pública formada justamente para este fim, por ter sido criada a partir da antiga Transurb. No entanto, não há interesse do Estado em devolver a concessão do Eixo e tentar privatizar a Metrobus ou mesmo liquidá-la, já que não haveria ganho financeiro

com a venda de ativos perante as dívidas que a empresa possui. A ideia é buscar um método jurídico que permita uma negociação com Prefeitura, CMTC e Metrobus. A solução pode ser a realização de um processo licitatório para a nova concessionária condicionando o pagamento de uma indenização ao Estado e a compra das garagens, ônibus e ativos da Metrobus em troca de operar o Eixo Anhanguera.

As procuradorias-gerais do Estado e do Município analisam em conjunto as condições para a realização da parceria. A existência ou não do VLT no

Eixo também consta nesta análise, para saber se a implantação seria mais uma obrigatoriedade para a nova concessão ou apenas uma possibilidade futura. Em 2012, o Estado licitou o projeto executivo para a construção do VLT do Eixo, em processo licitatório vencido pelo Consórcio Mobilidade Anhanguera, que é formado pela Odebrecht Mobilidade e o consórcio das empresas concessionárias do transporte coletivo metropolitano de Goiânia (Redemob). No entanto, a proposta não saiu do papel por falta de recursos financeiros para viabilizá-lo.

Daaglas Schmitt

Projeto anterior custa R\$ 1,8 bi

O projeto executivo para o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) feito e licitado na gestão de Marconi Perillo (PSDB) teve preço inicial de R\$ 1,3 bilhão e, até o fim do ano passado, o valor já chegava na casa de R\$ 1,8 bilhão. A gestão manteve o grupo executivo responsável pela obra até o fim do governo, mesmo sem a possibilidade de construção imediata. A previsão inicial era de que a obra saísse em 2013 e foi sendo adiada até 2016, quando o governo admitiu não ter qualquer estimativa para executar o VLT.

Na época, os problemas foram o envolvimento do Grupo Odebrecht nas investigações da Operação Lava Jato, a crise financeira da União e também das empresas concessionárias da região metropolitana, o que inviabilizou financeiramente a execução do VLT. Pelo acordo, todo o dinheiro da construção dos trilhos e aquisição dos trens elétricos seriam de recursos públicos, e maior parte contruídos em empréstimos de instituições financeiras federais e também do próprio consórcio.

Assim mesmo, o governo estadual chegou a realizar cerca de 10 desapropriações em apartamentos próximos ao Terminal Praça da Bíblia, o que custou R\$ 1,5 milhão. Outros 180 imóveis seriam desapropriados pelo projeto. A atual gestão, agora, também teria de analisar qual seria a situação do projeto licitado, já que o Estado manteve o contrato assinado com o consórcio, que possivelmente cobraria indenização pelo rompimento do acordo.



ISRAELÂNDIA

Ponte provisória na GO-060 ficará pronta na quarta-feira

Cristiane Lima
cristiane.lima@opopular.com.br

A ponte metálica provisória que será instalada na GO-060, perto do trevo de acesso ao município de Israelândia (224 km de Goiânia), deverá ficar pronta até a próxima quarta-feira, dia 27 de março. A primeira equipe do Exército Brasileiro que vai trazer de Brasília os equipamentos necessários para a instalação da estrutura saiu ontem e o restante do material e do pessoal que vai trabalhar na montagem chega ao local até amanhã.

Trinta militares compõem o efetivo que acompanhará a montagem e manutenção da estrutura pelo período que for necessário. A ponte terá 40 metros de comprimento e pesa 80 toneladas. Ela permite que os veículos trafeguem em um sentido de cada vez. Assim, enquanto os veículos de um lado estiverem passando pela ponte, os que est-

verem no outro sentido deverão esperar. Os militares do Exército serão responsáveis por controlar o tráfego 24 horas por dia. A ponte permitirá a passagem, inclusive, de veículos pesados.

O Exército informou que a instalação da ponte faz parte de um convênio em que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) fornece o material e o pessoal do Exército realiza a montagem e a manutenção. O comboio que segue para o Interior goiano é bastante grande e composto por quatro carretas bitrem para transporte de painel, uma carreta de prancha baixa que leva o trator de esteira e três caminhões munck para levantamento do material. Também fazem parte do comboio um caminhão basculante, uma carregadeira sobre rodas, um trator de esteira, uma ambulância, uma viatura para transporte e um ônibus.

O presidente da Agência Gol-

ana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), Enlo Calado, disse ao POPULAR na semana passada que a pasta deverá executar a construção da obra enquanto a ponte metálica estiver em funcionamento. O presidente informou que novo bueiro que será construído no local será modular, o que, segundo explicou, permite ter maior rapidez na execução e pode ser realizado ao mesmo tempo que o suporte provisório está instalado.

A Goinfra também informou que este trecho tem recebido ações contínuas e prioritárias. Segundo a pasta, a execução de serviços de limpeza do bueiro rompido foi realizada nos últimos dias para que a ponte metálica seja adaptada assim que chegar. O órgão estadual também informou que mantém monitoramento na região da GO-060 para acompanhar não conformidades e serviços de reparos necessários que garantam a



Diomício Gomes

Máquina prepara terreno onde será instalado o bueiro na GO-060

segurança dos motoristas.

Desde a última terça-feira (19), o desvio da GO-060 entre o município de Israelândia e o trevo de Fazenda Nova foi liberado. A pista alternativa foi viabilizada para o trajeto de motoristas depois que parte da rodovia cedeu com a última chuva, no último dia 10 de março. O local não permite a passagem de ca-

minhões acima de dois eixos. A alternativa será utilizada enquanto a ponte provisória, que está sendo instalada no local pelo Exército Brasileiro, não fica pronta. Desde o dia 14 de março há um decreto estadual que determina situação de emergência de 12 municípios da região Oeste, afetados pela interdição total deste trecho da GO-060.